

Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

ESTADO DO TOCANTINS - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 MAIO 2008 A ABRIL / 2009

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1,00

| DESPESA COM PESSOAL   | DESPESAS EXECUTADAS<br>MAI/2008 A ABRIL/2009 |   |
|---|--|---|
|   | LIQUIDADAS<br>(a)                            | INSCRITAS EM<br>RESTOS A PAGAR<br>NÃO<br>PROCESSADOS<br>(b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)   | 113.669.182,03                               |   |
| Pessoal Ativo   | 113.669.182,03                               |   |
| Pessoal Inativo e Pensionistas  |  |   |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) |  |   |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)   | 11.238.422,12                                |   |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária                                  |  |   |
| Decorrentes de Decisão Judicial   | 11.238.422,12                                |   |
| Despesas de Exercícios Anteriores   |  |   |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados   |  |   |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)  | 102.430.759,91                               | -   |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)  |  | 102.430.759,91  |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL                            | VALOR            |
|--|------------------|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)                                 | 3.355.395.880,78 |
| % do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100 | 3,05             |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < 6 % >      | 201.323.752,85   |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < 5,7 % >    | 191.257.565,20   |

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Sérgio de Oliveira Santos  
 Diretor de Controle Interno  
 CPF nº 09.067.832-04

Helcio Augusto e Silva  
 Diretor Geral  
 CPF nº 04.386.571-91

Mandel Lindomar A. Lucena  
 Contador  
 CRC DF-9642/T-TO

Alagoz José Dias Junqueira  
 Tribunal de Justiça  
 Diretor Financeiro

Tabela 7 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

ESTADO DO TOCANTINS - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DOS LIMITES  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 1º QUADRIMESTRE/2009

LRF, art. 48 - Anexo VII

|  | VALOR          | % SOBRE A RCL                                      | RS 1,00   |
|--|----------------|--|---|
| <b>DESPESA COM PESSOAL</b>   |                |  |   |
| Despesa Total com Pessoal - DTP  | 102.430.759,91 | 3,05   |   |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < 6 % >                            | 201.323.752,85 | 6,00   |   |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < 5,70 % >                         | 191.257.565,20 | 5,70   |   |
| <b>DÍVIDA</b>  |                |  |   |
| Dívida Consolidada Líquida   |                |  |   |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal  |                |  |   |
| <b>GARANTIAS DE VALORES</b>  |                |  |   |
| Total das Garantias  |                |  |   |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal  |                |  |   |
| <b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>  |                |  |   |
| Operações de Crédito Internas e Externas   |                |  |   |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita  |                |  |   |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas        |                |  |   |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita |                |  |   |
| <b>RESTOS A PAGAR</b>  |                | <b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b> | <b>SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b> |
| Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos   |                |  |   |

FONTE:

Helcio Castro e Silva  
 Diretor Geral  
 CPF nº. 044.386.571-91

Sérgio de Oliveira Santos  
 Diretor de Controle Interno  
 CPF Nº 009.067.837-04

Manoel Lindomar A. Lucena  
 Contador  
 CRC DF-9642/T-TO

Alexandre Dias Junqueira  
 Tribunal de Justiça  
 Diretor Financeiro